

# PATRIMÔNIO, PAISAGEM CULTURAL E COMUNIDADES PERIFÉRICAS: INTERFACES POR MEIO DA FOTOGRAFIA PINHOLE

Gabriela de Lima Gomes<sup>1</sup>

Paloma Christina Nascimento de Jesus<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo busca relatar uma das ações do projeto *Sentidos Urbanos: patrimônio e cidadania*, uma parceria das autoras com o Escritório Técnico de Ouro Preto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em curso desde os anos 2009. Neste ano de 2022, a proposta realizada buscou evidenciar as potencialidades culturais presentes no território trabalhado a partir da prática da técnica fotográfica analógica, a *pinhole*.

\*

**Figura 1** - Vista do bairro Nossa Senhora da Piedade no município de Ouro Preto/MG - imagem produzida com uma câmera pinhole



<sup>1</sup> Professora do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto, Comunicadora Social, mestre em Artes e doutora em Geografia. Investiga os meios para a preservação de bens culturais, processos fotográficos analógicos, paisagens culturais e suas relações com os sujeitos e suas subjetividades. E-mail: [gabi@ufop.edu.br](mailto:gabi@ufop.edu.br)

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente pesquisa as relações entre musealidade e territórios na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. E-mail: [paloma.jesus@aluno.ufop.edu.br](mailto:paloma.jesus@aluno.ufop.edu.br)

## Introdução

A Constituição Federal define como patrimônio<sup>3</sup> cultural os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988). Na prática, o processo de patrimonialização envolve exclusões e apagamentos. Sobre a definição constitucional Medeiros (2006, p. 51) pontua que “é óbvio que tal definição, apesar de aparentemente neutra e inclusiva, está longe de dispensar critérios políticos que irão determinar o que deve e pode ser preservado.”

Recentemente o conceito de *Paisagem Cultural* aparece como uma nova tipologia de reconhecimento do patrimônio cultural no Brasil. Adotado pela Unesco em 1992, esse conceito engloba as relações existentes entre a natureza e as intervenções humanas no espaço, ou seja, a relação entre os elementos naturais e socioculturais que desencadeiam na formação da paisagem cultural tendo como característica o espaço habitado<sup>4</sup>. Para Simone Scifoni:

[...] Paisagem Cultural traz a marca das diferentes temporalidades da relação dos grupos sociais com a natureza, aparecendo, assim, como produto de uma construção que é social e histórica e se dá a partir de um suporte material, a natureza. A natureza é matéria-prima a partir da qual as sociedades produzem a sua realidade imediata, através de acréscimos e transformações a essa base material (SCIFONI, 2016).

A periferia, no contexto deste artigo, é vista como um lugar<sup>5</sup> carregado de simbologias, enquanto espaço de troca, saberes e patrimônios de natureza tangível e intangível, ainda que amplamente estigmatizado frente às escolhas institucionalizadas do que deve vir a ser patrimonializado e preservado. Neste sentido, o presente trabalho busca evidenciar os patrimônios outros, tanto de natureza material quanto imaterial presentes nas zonas periféricas. A paisagem cultural periférica aqui se torna palco de investigações a fim de entendê-la enquanto potencial para o desenvolvimento humano.

3 A etimologia latina da palavra patrimônio [*patrimonium*] associa seu significado original à herança familiar, definindo-o como o conjunto de bens materiais que se herda do pai [*pater* = pai, *monium* = recebido].

4 Para Milton Santos (1988) o espaço habitado é resultado da ação humana sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais.

5 Lugar na perspectiva de Yi-Fu Tuan (1983), como um centro de significados, um objeto que capta atenção.

## Entendendo e reconhecendo o território enquanto patrimônio

A Segunda Guerra Mundial foi um marco para a fomentação de diversos debates que perpassam os interesses do direito internacional em várias temáticas. No âmbito da cultura, tratados e recomendações foram debatidos com o intuito de refletir e delimitar acerca do que são os bens patrimoniais e formular meios para protegê-los. Em Paris, no ano de 1972, foi criada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, na décima sétima sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Nesse momento, foram estabelecidos parâmetros e recomendações em escala mundial com o intuito de proteção e salvaguarda do patrimônio.

Os debates acerca da relação entre patrimônio, sujeitos e cidades não demoraram a surgir. Neste sentido, Trombeta (2011), diz que

com a mundialização das questões patrimoniais, começaram a surgir questionamentos sobre a relação entre proteção do patrimônio cultural e o direito à cidade, evidenciando se a proteção do patrimônio cultural contribui efetivamente para o desenvolvimento das funções sociais da cidade (TROMBETA, 2011, p. 12).

Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1938, a cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, foi a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Mundial conferido pela Unesco, em 1980. Sua formação no século XVIII está relacionada à exploração aurífera no interior do Brasil colonial. Trata-se de uma cidade com uma topografia extremamente íngreme e desfavorável à ocupação territorial, que aconteceu de forma espontânea e desordenada, sem planejamento prévio.

Na década de 1950, com a chegada da empresa multinacional fabricante de alumínio, a Alcan, houve o aumento dos postos de trabalho e grande crescimento populacional, ocasionando a ocupação de morros e formando periferias. O adensamento urbano, principalmente, a ocupação da paisagem envoltória do núcleo antigo, ocorreu descolado da ação do Estado em áreas de risco geológico potencial, carente de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos (SIMÃO, 2016).

O tecido urbano da cidade se configura de forma complexa, indo muito além das dinâmicas e paisagens presentes no chamado “centro

histórico". A expansão deste território patrimonializado é marcado pelas perversidades do turismo em massa, o chamado *ouvertourism* – que impacta tanto na qualidade da experiência dos visitantes quanto na qualidade de vida da população local. Tal fator, atrelado à falta de uma política de ocupação e atividades voltadas à educação patrimonial, trouxe consigo fronteiras geográficas de acesso e entendimento do que é e do que pode vir a ser patrimônio/patrimonializado.

Reflexo das medidas de salvaguarda do perímetro marcado pelo traçado colonial – construções dos séculos XVIII e XIX –, tudo que se destoa dessa estética é visto como descaracterizado. Como se dá a formação das identidades dos sujeitos que vivem fora do perímetro patrimonializado? Como o imaginário da “cidade patrimônio” contribui para o apagamento de memórias e subalterniza as identidades locais? Como a paisagem que foge do cenário barroco/rococó é entendida? Quais caminhos possíveis para o reconhecimento dessas outras paisagens que também compõem a cidade de Ouro Preto? Como apontar para a população local, que é criada escutando que patrimônio é somente o que está no “centro histórico”, que seu território periférico também é patrimônio? Essas foram e são perguntas norteadoras para o desenvolvimento da ação educativa realizada pelo projeto *Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania*.

## **A fotografia enquanto elemento integrador do patrimônio cultural**

Visto que o patrimônio cultural é um elemento fundamental para se pensar e compreender a relação entre sujeitos, territórios e paisagem urbana, buscaremos aqui compreender a fotografia<sup>6</sup>, enquanto elemento integrador e objeto do patrimônio cultural, “tanto como uma expressão visual do patrimônio cultural na paisagem quanto ela própria um patrimônio da memória, um lugar de memória” (BATISTA, 2017, p. 42).

Para Kossoy (1998), ao entendermos a fotografia enquanto instrumento de memória é necessário desmistificar a ideia acerca de que é possível fazer um registro ou interpretar uma imagem de forma neutra. Embora a fotografia guarde imagens fixas, está intrinsecamente associada ao processo de construção da realidade que é sujeito a inúmeras interpretações.

Essas leituras são feitas a partir de pontos de vista diferentes, de

<sup>6</sup> A palavra Fotografia vem do grego φως \*fós+ (“luz”), e γραφίς [grafis] (“escrever”, “pintar”) ou γραφή grafê, e significa “escrever com luz”.

peças inseridas em contextos sociais, culturais, econômicos e ideológicos distintos. A partir desse contexto podemos concluir que não há neutralidade ao analisar um documento fotográfico. A fotografia como lugar de memória é um documento/monumento<sup>7</sup> criado e construído carregado de interesses e subjetividades.

As subjetividades estão presentes em todo o processo de “vida” da imagem. Antes de ser concebida, o fotógrafo seleciona uma paisagem em detrimento de outra(s), tal escolha está para além das concepções estéticas. O olhar está condicionado às questões sociais e culturais dos sujeitos. Ao se materializar, o registro torna-se um símbolo sujeito a distintas interpretações, a depender de fatores socioculturais, do lugar e dos sujeitos interpretadores no tempo e no espaço. Neste sentido, Yi-Fu Tuan (1983, p. 181) aponta que “objetos que são admirados por uma pessoa, podem não ser notados por outra. A cultura afeta a percepção.”

A técnica fotográfica Estenopeica, mais conhecida como *Pinhole*<sup>8</sup>, produz imagens por meio de equipamentos não convencionais, isto é, a fotografia é produzida através de câmeras artesanais feita em diferentes suportes. Com a ausência de lentes, a câmera não possui objetiva, tendo em seu lugar um minúsculo orifício por onde a luz é captada para dentro da câmera que é previamente “recarregada” com um material sensível à luz, sendo papel ou filme fotográfico. Além das lentes, a pinhole também não possui obturador, para captura da imagem o orifício da câmera é destampado no momento da fotografia e o tempo de exposição é contado pelo fotógrafo de acordo com a especificidade do local a ser registrado. Essa técnica fotográfica vem tomando espaço dentro do campo das artes e da educação, sobretudo por estimular a criatividade e autoexpressão dentro de um campo que foge do cotidiano.

A retomada da técnica pinhole no projeto *Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania* propõe uma aproximação temporal entre a técnica fotográfica e a paisagem cultural. Visto que a constituição da identidade do sujeito também é estabelecida pela interação do sujeito com o espaço, é proposto o trabalho técnico e conceitual das ferramentas visuais (a fotografia) a fim de entender a interação dos participantes com o patrimônio que os cerca.

7 Mauad (2004) considera a fotografia como imagem/documento e como imagem/monumento. A autora faz um paralelo com os apontamentos de Jacques Lee Goff em Documento/Monumento (1996), onde o autor se debruça a pensar os documentos de forma mais alargada, para além dos textos tradicionais.

8 Derivado do inglês, o termo pinhole significa “buraco de alfinete”

## **Patrimônio, Paisagem Cultural e Comunidades Periféricas: Uma proposta de prática didática**

O projeto '*Sentidos Urbanos: Patrimônio e Cidadania*' objetivou promover a interação entre os sujeitos e a paisagem periférica trabalhando com jovens do bairro Nossa Senhora da Piedade. Localizado na base da Serra de Ouro Preto, o bairro tem sua origem com o processo de mineração a partir do início do século XVIII. Estima-se que a ocupação da localidade teve seu início no perímetro da Capela de Nossa Senhora da Piedade, que é considerada uma das mais antigas da cidade, construída por volta de 1720.

Quatro eixos foram centrais para se pensar e executar as atividades, sendo eles: a) instigar a percepção e noção de representatividade, pertencimento e paisagem; b) identificar e reconhecer as potencialidades culturais do bairro, objetivando valorizar as identidades locais; c) colocar em destaque as experiências vivenciadas no bairro, ressaltando a relação do indivíduo com o patrimônio; d) alargar as perspectivas sobre Patrimônio, a fim de reconhecer a memória e as referências culturais periféricas presentes no território em questão.

Antes de dar início às atividades práticas e preparar a metodologia utilizada na oficina, realizamos uma visita técnica no bairro para reconhecer os percursos e a dinâmica dos moradores. Nesse momento, foram observados referenciais culturais que, posteriormente, foram apresentados na oficina, dividida em quatro encontros e direcionada aos estudantes com faixa etária entre 12 e 14 anos da Escola Municipal Izaura Mendes.

O primeiro encontro contou com a pergunta norteadora "o que é patrimônio?", tendo a cartografia social como metodologia. A cartografia é uma área das ciências que estuda e se dedica à representação do espaço geográfico. Esses estudos desenvolvem uma série de conhecimentos, um deles são os mapas. Além dos mapas convencionais, também é possível fazer mapas através de relatos, cartas, memórias e sons. Esses mapas são chamados de cartografia social ou afetiva. Tal metodologia foi escolhida por ser uma ferramenta de luta frente às mazelas presentes no território urbano. Os mapas sociais são construídos coletivamente, em vez de informações técnicas acerca do território são evidenciados pontos que representem o cotidiano de uma comunidade e as subjetividades dos sujeitos que vivenciam o território. Para Renato:

No período recente, entretanto, um conjunto cada vez maior de experiências vem indicando transformações (ou, ao menos, tendências) no campo da cartografia. Diversas experiências cartografias vinculadas a movimento sociais vêm mostrando que parece haver algo novo no campo. O “novo” parece ser o uso da cartografia como instrumento de lutas de grupos socialmente desfavorecidos e não apenas um instrumento de dominação, como historicamente foi desenvolvida a Cartografia Moderna. Apontamos, entretanto, que esta dimensão conflituosa do “uso” da cartografia também vem envolvendo transformações no próprio “objeto” cartográfico, e no “processo” de produção deste objeto. (SANTOS, 2011, p. 2)

A apresentação sobre as noções de patrimônio - tanto material quanto imaterial - e paisagem cultural numa perspectiva crítica, seguida da construção do mapa social do bairro, culminou no mapeamento dos pontos coletivos simbólicos para o grupo trabalhado. A quadra esportiva e o adro da Igreja Nossa Senhora da Piedade foram os pontos mais mencionados. Esses são os espaços de interação entre a comunidade, onde acontecem encontros, atividades culturais e lazer. Além desses, a igreja propriamente dita, a fanfarra, o posto de saúde, a cavalgada, a escola e os festejos religiosos compuseram o mapa afetivo.

No segundo encontro, apresentamos as noções de fotografia a partir de uma breve retrospectiva histórica e principais técnicas e recursos fotográficos. Foi feito um comparativo entre a técnica digital e a analógica. Cada estudante escolheu um ponto da escola para registrar com uma câmera digital, colocando em prática as noções apresentadas e preparando o olhar para os encontros seguintes que trabalhariam com a técnica pinhole.

O terceiro e quarto encontros foram destinados às práticas da fotografia pinhole. Nesses encontros, cada estudante escolheu um local do bairro para registrar levando em consideração as noções de patrimônio e técnicas fotográficas apresentadas. As escolhas feitas reafirmaram o mapa afetivo construído no primeiro encontro. Em seguida, houve a revelação das imagens em um laboratório montado na escola. O processo de revelação das imagens requer um espaço, equipamentos e alguns materiais apropriados. Em uma sala vedada, foram usados lâmpada de luz vermelha, bacias e torneira de água corrente, químico revelador e fixador. Cada participante acompanhou o processo de revelação de suas fotografias que irão culminar em uma exposição coletiva.

O retorno positivo dos participantes e a análise de todo processo nos leva a entender que atividades como essas são cruciais para a construção e o reconhecimento de identidades coletivas. As ações foram de grande importância pois identificaram referenciais culturais e contribuíram, em certa medida, para que o fenômeno da musealização alcançasse a periferia evidenciando tais espaços também como patrimônio.

---

## REFERÊNCIAS

BATISTA, Martha Raquel de Souza. **O patrimônio cultural através da fotografia e a fotografia como patrimônio cultural: interfaces entre fotografia e patrimônio**. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

FREIRE-MEDEIROS, B. **“Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus”**. Estudos Históricos, 38, 2006, p. 49-66.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O patrimônio como categoria de pensamento**. In: ABREU, Regina e Mário, CHAGAS. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A editora: 2003, p.21-30.

KOSSOY, B. **Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia**. In: SAMAIN, Etienne (org.). O Fotográfico. São Paulo: Hucitec/CNPq, 1998.

\_\_\_\_\_. **Construção e desmontagem do signo fotográfico**. In: KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia e história – possibilidades de análise**. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação. São Paulo: Cortez, 2004.

MENESES, Ulpiano T. B. **Os “usos culturais” da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais**. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F.; CRUZ, R. C. A. (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 89-99.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10, 1992.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Memória e direito à cidade: Políticas urbanas contemporâneas de Ouro Preto**. Thésis, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 180-195, jul/dez. 2016.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete).

SANTOS, R. E. N. **Ativismos cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder**. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, p. 1-17, 2011. Disponível em: < <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2299>>. Acesso em: 24 de ago. de 2022.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TROMBETA, Thais Padula. **Sobre espaços urbanos patrimonializados e processos de gentrificação: estudo de caso sobre a Rua Direita em Ouro Preto/MG**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. (tradução de Lívia Oliveira). – São Paulo: DIFEL, 1983.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.